

realizadas no decorrer do referido exercício financeiro, podendo despende, para esse fim, até a importância de R\$ 6.885,00.

Art. 2º Para ocorrer às despesas autorizadas no artigo 1º desta lei, fica aberto o crédito especial de R\$ 6.885,00 (seis mil, oitocentos e oitenta e cinco reais).

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta lei em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Juiz,

15 de março de 1957.

Marcelo (Dr. João das Sobrinhas)
Prefeito Municipal

Antônio Teixeira de Almeida
Secretário

Lei nº 174

Autoriza a aquisição de máquinas rodoviárias, abre crédito especial e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Juiz decreta e em acórdão a seguinte lei:

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Juiz autorizada a adquirir

ao Governo da Bahia, nos termos do decreto federal nº 41.097 de 7 de março de 1957, uma motocicveladora de marca "Atlas balneario", modelo D, com motor diesel (6.000 Kgs.), para execução de serviços de estradas e caminhões municipais.

Art. 2º - A Prefeitura Municipal poderá despende até a importância de R\$ 452.817,50 (quatrocentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e dezasseis cruzeiros e cinquenta centavos), para pagamento do custo e despesa com transporte da máquina até Juca, exclusive juros.

Art. 3º - A Prefeitura Municipal de Juca dará ao Governo da Bahia, para garantia da operação ora autorizada e enquanto durar o prazo de seu resgate, metade da quota anual do Imposto sobre a Renda (Art. 15, § 4º da Constituição Federal) e o total da quota anual do Imposto sobre Combustíveis e Lubrificantes (Art. 15, § 2º da Constituição Federal).

Art. 4º - O pagamento do preço de custo da motocicveladora, pela Prefeitura Municipal de Juca, far-se-á da seguinte forma:

a) - R\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros) no ato de compra;

b) - em 3 ou 4 prestações iguais, anualmente, o saldo restante.

Parágrafo único - Os encargos

anuais da Prefeitura compromissos, obrigatoriamente, a importância necessária ao pagamento da prestação correspondente, até total liquidação do débito.

Art. 5º - Se a Prefeitura Municipal não efetuar o pagamento da prestação ou prestações nas datas de seus respectivos vencimentos, o Governo da Bahia ficará autorizado a receber diretamente, ou por intermédio de quem de direito, as importâncias que lhe couberem nas quotas anuais, a que se refere o artigo 3º, desta lei, até total pagamento do compromisso vencido.

Art. 6º - Fica a Prefeitura igualmente autorizada a pagar à Bahia os juros que forem contados sobre o saldo devido desta operação.

Art. 7º - A Prefeitura poderá antecipar, em qualquer tempo, o pagamento das prestações de amortização ou da totalidade do saldo devido, descontando-se os juros respectivos.

Art. 8º - Sarà ocorrer às despesas referidas no artigo 4º desta lei e às de transporte da máquina até Juss, fica aberto o crédito especial de R\$ 50.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros).

Sará grafado único: - O presente crédito vigorará até 31 de dezembro

de 1.958.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta lei em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Juiz, 9

Isaías M.
Prefeito Municipal.

de Agostô de 1.958.

Henri Teixeira
Secretário.

Lei nº 175

Autoriza aquisição de móveis e utensílios.

A Câmara Municipal de Juiz decreta e em sancionando a seguinte lei.

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a adquirir, mediante concorrência pública ou administrativa, móveis e utensílios para seus serviços administrativos, podendo despendir para esse fim até a importância de R\$ 7.500,00.

Art. 2º - As despesas referidas pelo artigo 1º correrão por dotações próprias do orçamento de 1958.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta lei em vigor no dia 1º de janeiro de 1958.